



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N.º. 06/2013/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA RALHID AKEL -
ME.**

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, inscrito no **CNPJ/MF** sob o n.º **03.507.415/0023-50**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar n.º. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo seu Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. **José Esteves de Lacerda Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n.º. 85437 - SSP/MT e do CPF n.º. 178.883.281-72, residente a Rua Montevideu, 365, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, CEP: 78.060-589, nomeado pelo Ato Governamental n.º 10991 de 21/12/12, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **RALHID AKEL - ME**, inscrita no CNPJ: 03.314.193/0001-43, localizada a Rua Sargento Benedito Teotino da Costa, bairro Jardim Petrópolis, Cuiabá-MT, neste ato representada pelo **Sr. Weverton Junior Barbosa**, portador do RG: 1613466-4 SSP/MT e o CPF: 017.387.741-98, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 124239/2013/SEMA**, com o **Pregão n.º 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N.º 031/2012/SAD**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual n.º. 7.217/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a aquisição de chá para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Pregão n.º 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N.º 031/2012/SAD**, e nas cláusulas deste instrumento.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão n.º 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N° 031/2012/SAD** conforme discriminação abaixo:

LOTE 09

| ITEM | LOTE | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|------|--|------|-------------|---------------------------------|
| 02 | 09 | CHÁ MATE, CAIXA COM 200G, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E OU MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. CAIXA. | 1500 | R\$ 1,82 | R\$ 2.730,00 |
| | | | | | VALOR TOTAL R\$ 2.730,00 |

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela aquisição do produto, o valor total de **R\$ 2.730,00** (dois mil, setecentos e trinta reais), a serem pagos parceladamente, por demanda, conforme for ocorrendo a entrega do objeto, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO** da **CONTRATANTE**;

2.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

- a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;
- b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

2.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Entregar os produtos em Cuiabá e Várzea Grande em locais indicados pela **CONTRATANTE**;

3.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do **Pregão n.º 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N° 031/2012/SAD**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

3.3. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal até o 10º (décimo) dia, ultrapassando este período o presente instrumento poderá ser rescindida;

3.3.1. A rescisão do presente instrumento cabe a **CONTRATANTE**;

3.4. A **CONTRATADA** ficará obrigada a entregar os gêneros licitados, pretendidos pela **CONTRATANTE**, conforme estabelecido no **Pregão n° 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N° 031/2012/SAD**;

3.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor;

3.6. Substituir, as suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os gêneros ou produtos entregues em desacordo com as especificações constantes do **Pregão n.º 036/2012/SAD e Ata de Registro de Preços N° 031/2012/SAD**, ou que apresentem vício de qualidade;

3.7. A **CONTRATADA** será responsável pelo transporte dos gêneros, desde o local da embalagem até a sua entrega;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.8. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

3.8.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente no presente instrumento;

3.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

3.10. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

3.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, sobre os gêneros ofertados;

3.12. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **CONTRATANTE**;

3.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do material no Almoxarifado, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

3.14. Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

3.15. A **CONTRATADA** deverá fornecer os produto do Lote 9, fabricados/embalados no máximo 06 (seis) meses, antes da data de entrega.

3.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

3.17. O local será indicado pela **CONTRATANTE**, dentro dos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.18. DO PRAZO DE ENTREGA:

3.18.1. Para o Lote 09, produto estocável, sendo chá mate, será de até 03 (três) dias úteis.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento, sob pena de multa 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado.

4.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.3. Consta no presente contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no Edital de Pregão nº 036/2012/SAD.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. Para as contratações, a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o total da contratação do lote 09 (art. 56 da Lei nº. 8.666/93);

5.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à contratante, comprovante de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato;

5.2.1. A garantia será liberada somente após o recebimento definitivo do fornecimento dos serviços, ou ainda na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, e caberá a **CONTRATADA** optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º da Lei n.º 8.666/93;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

5.3. A Devolução ou Restituição da garantia contratual ficará condicionada à comprovação pela **CONTRATADA**, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Aderir ao Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente a **CONTRATADA**, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.3. Permitir ao pessoal da **CONTRATADA**, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

6.4. Notificar e Comunicar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

6.5. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal ou gestor do contratante;

6.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

6.7. Enviar ao órgão gestor da Ata de Registro de Preços - SAD/MT - cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no DOE, para fins de controle;

6.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os gêneros entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo contratante;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

- 7.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007 - SAGP/SEFAZ publicada no DOE de 25/05/2007 (página 32), após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante;
- 7.2. A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 7.3. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 7.4. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos produtos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
- 7.5. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 7.6. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
- 7.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 7.8. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;
- 7.9. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, conforme artigo 123 do Decreto 7.217/2006.



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

7.10. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de *MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO*, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO da CONTRATANTE** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo responsável;

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

| |
|---|
| Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente |
| Projeto/Atividade: 2007 |
| Natureza de Despesa: 3390 3000 |
| Fonte: 240 |

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

10.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do presente termo contratual, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93.

11.1.1. A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com a CONTRATANTE, e pode cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com multas;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, a Administração poderá aplicar a CONTRATADA, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Órgão/Entidade, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

11.3. A CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será suspensa junto ao Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

11.4. Caso a CONTRATADA possua nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/entidade proceder à cobrança judicial.

11.4.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

11.7. Se a CONTRATADA recusar-se a assinar o contrato e retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a)** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b)** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 02 (dois) anos, e;
- c)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8. De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Fica designado, pela **CONTRATANTE**, o servidor **Luiz César da Costa Júnior** para exercer a fiscalização e acompanhar a execução do objeto deste contrato, e na ausência deste, o servidor **Josimar de Brito Ferreira**, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados aos serviços prestados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa;

14.3.3. Será permitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, quando se verificarem as hipóteses de impossibilidade técnica da realização do serviço solicitado a empresa **CONTRATADA**, desde que esta se responsabilize pelo seu fornecimento e conseqüente garantia.

15. CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 15 de maio de 2013.

José Esteves de Lacerda Filho
Secretário de Estado de Meio Ambiente
SEMA/MT

Weverton Junior Barbosa
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

EMANUEL FRANCISCO DE SOUZA
CPF: 784.864.321-20

ANA MARIA DE JESUS NASCIMENTO
CPF: 604.328.371-91